


UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ANTONIO ALBERTO BRUNETTA

Reforma Intelectual da Polícia Militar



ARARAQUARA – SP.

2012

RESUMO

O objetivo desta tese é conhecer as escolas da Polícia Militar do Estado de São Paulo para apreender as concepções inerentes ao processo de formação desses policiais a partir dos documentos oficiais e dos depoimentos dos comandantes dos órgãos de ensino da PMESP. De natureza qualitativa, esta pesquisa se orienta pelo estudo da legislação pertinente e específica ao ensino na Polícia Militar e pela análise das entrevistas com seis coronéis. O suporte teórico da tese são as formulações conceituais sobre a “sociedade disciplinar” e “biopolítica” presentes de modo nuclear na obra de Michel Foucault e nas quais se afirma que as práticas de controle social na modernidade ocorrem de modo dissimulado. As manifestações de coerção seriam, portanto, produtoras de comportamentos, formas de saber e formas de subjetividade que correspondem a um acréscimo implícito de violência às relações sociais, de modo que nesse contexto as práticas de policiamento representariam a potencialização da repressão em detrimento de práticas de prevenção. A hipótese a ser testada refere-se à impossibilidade de mudança essencial na orientação dos processos e práticas de formação nas escolas da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nesses processos e práticas se verificaria o anúncio de uma mudança que não se efetiva, mesmo que se considere a concepção do policiamento comunitário, por exemplo, como fundamento das ações da polícia. Focando em suas diretrizes e nos documentos internos da Escola Superior de Soldados (ESSd) pretende-se ter uma amostra objetiva para verificar a persistência de uma concepção de “controle social” no interior de práticas de formação do policial militar que se anunciam cidadãos, registrando seu pertencimento à contradição inerente aos processos de democratização recentes, nos quais a cidadania quando anunciada constitui-se em elemento obstrutivo à realização democrática.

Palavras – chave: Polícia Militar; Reforma Intelectual; Formação Policial; Escolas de Polícia; Reforma do Ensino Policial.

INTRODUÇÃO

A formação de policiais militares tem se tornado preocupação central nas discussões acerca da reforma das polícias militares. O ensino atualmente promovido pelas escolas da Polícia Militar do Estado de São Paulo é objeto de alguns trabalhos de pesquisa cuja característica comum consiste em avaliar as diferentes dimensões da modernização das práticas policiais tomando os processos de formação como referência.

Esta tese se insere nesse debate com o objetivo de apresentar os impasses relacionados ao processo de modernização que toma como mote as iniciativas de adequação da Polícia Militar ao contexto democrático e suas respectivas prerrogativas sociais, políticas e educacionais.

Nesse sentido, o trabalho procura abordar as contradições do processo de formação do policial militar, especificamente na Escola Superior de Soldados da ESSd, utilizando-se para isso de um referencial teórico que considera as práticas modernizantes no interior das instituições inerentemente atreladas às concepções liberais, as quais tendem a condicionar os fundamentos democráticos à condição de mera aparência, e solidificando efetivamente as práticas tradicionais de promoção do controle social e a reprodução das desigualdades existentes.

Destarte, as iniciativas modernizantes do ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo são igualmente aplacadas por essa tendência, que se manifesta de modo mais amplo nas reformas educacionais tais como as que se impõe ao ensino regular em qualquer nível e modalidade. Entretanto, na instituição policial militar esses condicionantes restritivos da promoção de valores democráticos a partir dos ambientes educacionais, ganham intensidade por se combinarem aos preceitos tradicionais e intocáveis da autoridade e da disciplina, do que decorre uma contradição notável: o uso de procedimentos autoritários para a promoção de práticas democráticas anunciadas.

Entrevistas com coronéis que comandam os órgãos de ensino da PMESP dão conta de representar as contradições experimentadas nas iniciativas de modernização dos processos de formação e ensino na formação policial. E a análise das diretrizes do ensino e dos demais documentos que definem, regulam, normatizam e regulamentam as escolas corroboram no evidenciamento dessas contradições.

Os caminhos de construção da argumentação desta tese são articulados e teoricamente defendidos amparados pelas elaborações teóricas de Michel Foucault, pensador cujos estudos contribuem de maneira decisiva na caracterização das dinâmicas evolutivas (arqueológicas e genealógicas) das práticas de controle social e deram uma nova substância à crítica dos modelos políticos liberais de organização social.

Ao buscar a construção de uma primeira aproximação com o tema, no primeiro capítulo são apreciadas, em panorama, as mudanças recentes no papel e na função da polícia militar em relação ao contexto democrático. Entre os aspectos relacionados às mudanças destacam-se a implantação de estratégias de polícia comunitária para as quais assumidos propósitos limitantes em relação à efetiva renovação das práticas policiais, isto porque se anuncia a mudança da imagem social da polícia como principal objetivo do policiamento comunitário. Ainda no primeiro capítulo, com o mesmo intuito, são apresentadas as características das gerais das cinco escolas da PMESP, bem como um primeiro e breve relato do contexto das entrevistas realizadas com seus comandantes. Finaliza o primeiro capítulo uma apreciação dos referenciais teóricos gramsciano e foucaultiano, com a intenção de justificar a opção de perspectiva.

No segundo capítulo é apresentada uma síntese histórica das forças repressivas no Brasil e no Estado de São Paulo, percorrendo um trajeto que se inicia no período colonial e se estende até a década de 1980. Sodré (1965); Fernandes (1974) e Huggins (1998) são os autores cujas obras dão substância a essa síntese histórica, na qual se pretende representar as forças repressivas como instituições inerentemente articuladas ao interesse de Estado, oscilando entre a centralização e a descentralização; entre o poder oriundo da metrópole e o poder estruturado na colônia; entre o controle imperial e a influência direta do poder oligárquico; entre o pretensamente integrador poder nacional e o pragmático poder local; entre o poder imperialista estadunidense e o vulnerável poder nacional. Também se destacam nas análises considerações que reiteram a compreensão segundo a qual em quaisquer dos momentos históricos a modernização policial pautou-se pelo rearranjo institucional, ora visando à especialização das tropas de modo a segmentá-las, ora incrementando-a técnica e tecnologicamente. Desse modo a síntese histórica aponta para o fato de que a modernização das forças repressivas permaneceu orientada, de modo inalterado, pela perspectiva técnica e burocrática, no qual o dirigismo político dessas forças se escondeu.

No terceiro capítulo são abordadas as reformas educacionais promovidas no ensino policial a partir de uma revisão bibliográfica relacionada, no plano geral, a relação entre democracia e polícia, e num plano mais específico, as mudanças no ensino policial a partir da exigência de adequação dessa instituição ao contexto democrático. A análise é reveladora da reprodução dos parâmetros utilizados para as reformas recentes promovidas sobre o ensino regular em todos os níveis. Por se igualar quanto aos fundamentos das reformas educacionais como um todo, o ensino policial se mostra ainda mais vulnerável a influência dos fundamentos liberais na educação, dado que as diretrizes de orientação pós-modernas são implementadas através do rígido ordenamento militar, negligenciando as possibilidades de efetiva transformação, ao menos do ensino.

No capítulo quatro é apresentada uma descrição da Escola Superior de Soldados (ESSd) da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A descrição pretende demonstrar de maneira mais específica as afirmações sobre a natureza liberal das reformas do ensino na ESSd, bem como pontuar elementos relacionados a apreciação crítica dos elementos dessa reforma antecipando as considerações do capítulo sete. Para tanto, é realizada a análise do “Currículo 2011-2014”, documento que supre provisoriamente a ausência de um projeto pedagógico da ESSd, pois, embora previsto na legislação o projeto pedagógico, ainda não foi implementado. Na análise empreendida sobre o currículo são cotejados os elementos gerais da proposta no que tange seus objetivos, matérias, distribuição de carga horária e estágios. Sobre as unidades didáticas Sociologia e Doutrina de Polícia Comunitária aplica-se uma análise específica.

O quinto capítulo traz um relato da experiência derivada das situações nas quais os coronéis que comandam os órgãos de ensino da PMESP foram entrevistados, de modo a destacar aspectos que circunscrevem a pesquisa sociológica em instituições policiais militares.

No sexto capítulo as entrevistas com os coronéis são analisadas a partir de temas amplos referentes ao trabalho da Polícia Militar no contexto democrático, nos quais confirmam-se as perspectivas de renovação da imagem social da polícia em consonância com a ampliação do policiamento comunitário. Nesse capítulo denomina-se tradição reincidente o sentido geral atribuído à forma de condução da democratização do ensino na polícia, por meio do qual se constata a contraditória concepção segundo a qual os tradicionais valores de hierarquia e disciplinas são suficientes e adequados para promover a implementação de valores renovados e em oposição.

No sétimo capítulo a formação do policial militar é abordada e embasada tomando-se por referência as elaborações teóricas de Michel Foucault, especificamente suas obras “Em Defesa da Sociedade”, “Segurança, Território e População” e “O Nascimento da Biopolítica”, a partir das quais é possibilitada uma via de crítica aos fundamentos liberais articuladas às ideias de controle social propriamente dirigidas às reformas do ensino na Polícia Militar. Na análise destacam-se as construções articuladas dos diferentes mecanismos e dispositivos de poder como substrato da combinação da tradição e da modernidade contidas nos órgãos de ensino da PMESP. Não se trata apenas da demonstração da aplicabilidade da teoria, mas de utilizá-la como ferramenta que permite “escavar” elementos que, por vezes, estão na superfície.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à conjuntura democrática brasileira atual, diferentes instituições buscam operar reformas em seu interior, cuja realização integral significaria a transformação tanto de valores, como de práticas por elas promovidas. Na instituição policial militar repetem-se tais exigências por reformas, porém, sobre instituições militarizadas o peso da tradição é representativo não somente do avesso do pretendido pela reforma, sendo também a marca constitutiva daquilo que corresponde em essência ao seu modo de ser. Essas dificuldades adicionais cristalizam procedimentos e relações que potencializam os obstáculos à renovação da Polícia Militar.

Diante das exigências preconizadas pela reforma os órgãos de ensino da Polícia Militar são entendidos como instâncias privilegiadas para a aplicação de novas concepções de formação tendo em vista sua capacidade pressuposta de engendrar mudanças de ordem cultural entre todos os membros da corporação, antigos e novos. No entanto, as concepções de formação, naquilo que possuem de inovador, se delimitam pela referência ao policiamento comunitário como alternativa ao modelo tradicional de polícia, à medida que prescrevem a renovação da relação entre a PM e a sociedade.

A expectativa da Polícia Militar em renovar sua imagem diante da sociedade marca de maneira indelével todas as iniciativas de reforma no ensino policial, pois as mudanças pretendidas estão circunscritas nos meandros da ideologia liberal, não objetivam, portanto, ir além da aparência. Nesse sentido há profunda correlação entre os pressupostos liberais que derivam em concepções de controle e dominação social reproduzidos nas propostas de reforma do ensino na Polícia Militar.

Tal como nas práticas de policiamento, nas quais se atua predominantemente diante de problemas que já ocorreram na própria reforma do ensino e da formação na Polícia Militar tem se constituído de modo reativo, ou seja, as iniciativas de modernização do ensino na corporação se expressam como compromisso burocrático e não como projeto autêntico e concebido autonomamente. Incorporada como exigência, implantada por compromisso e implementada pela autoridade, os princípios da reforma se reduzem ao formalismo institucional, o qual acaba por circunscrever o alcance da reforma do ensino da PMESP aos preceitos liberais contidos nas reformas educacionais aplicadas ao ensino regular como um todo desde os anos de 1990.

Como se procurou demonstrar, a reforma do ensino na Polícia Militar do Estado de São Paulo está contida numa atmosfera de nítidos valores liberais, nos quais não se observa a presença de elementos favoráveis aquilo que pode ser chamado de “reforma intelectual”.

Ancorada em concepções que se dividem entre o tradicionalismo militar e verniz democrático, a proposta de reforma do ensino na PMESP resulta na produção de um pragmatismo pedagógico que se dedica a propor as mudanças na ordem dos “ajustamentos”, os quais não preveem um espaço mínimo para a tomada de consciência entre aqueles que passam a integrar, enquanto estudantes, o corpo de policiais militares. Isso se explica pelo fato de que a formação oferecida nessas escolas preza pelo caráter técnico manifestado pela persistência dos treinamentos, e pela crença nos Procedimentos Operacional Padrão (POPs), ambos como fundamentos básicos do profissionalismo da e na ação policial.

A despeito da capacitação técnica, não seria recomendável uma formação profissional desprovida de subsídios mínimos à reflexão sobre a própria condição policial. Esses subsídios deveriam necessariamente ir além dos conhecimentos jurídicos específicos da esfera militar, igualmente, ultrapassar a aplicação direta de fundamentos da Sociologia e da Psicologia na construção da condição policial como autoridade.

Nos textos constitutivos das novas propostas para o ensino policial verifica-se a negligência com relação às críticas dirigidas ao modelo liberal para a educação em todos os níveis e modalidades, cuja materialização corresponde ao pragmatismo pedagógico representado nas “experiências de aprendizagem” e no esvaziamento de conteúdos teóricos que anulam oportunidades de reflexão, seja sobre o papel da polícia em suas relações com aqueles a quem pretende proteger ou deve perseguir.

O pragmatismo das propostas pedagógicas parece resultar da aparente oposição entre o conservadorismo da tradição do militarismo, atualmente revestido pela denominação **estética militar**, cumprindo a função de produzir o respeito às normas mediante a assunção individual das responsabilidades por parte do policial. Enquanto se anuncia como profissionalização, a autonomia prevista para ser exercida pelo policial acaba por produzir a sua própria sujeição.

Destacam-se, de modo especial, as iniciativas que visam implantar o respeito aos fundamentos democráticos por meio de práticas punitivas e autoritárias. A combinação eficiente de diferentes paradigmas de controle social nutrindo o processo de formação

de policiais é a evidência de que as liberdades democráticas não compõe o ambiente formativo do policial, derivando numa formação distinta.

As análises aqui empreendidas revelaram que no projeto de reforma da Polícia Militar não há espaço para que os policiais sejam para si mesmos, sequer numa perspectiva teórica e pedagógica, expressão da diversidade e da desigualdade social na qual terão que atuar como promovedores da segurança.

A lógica que preside as mudanças na formação policial se orienta por algo como um ciclo que parte da técnica, passando pelas noções de cientificidade, profissionalismo e eficiência, buscando alcançar a legitimidade. Assim, quanto mais técnico, mais científico; quanto mais científico, mais profissional; quanto mais profissional, mais eficiente, quanto mais eficiente, mais legítimo, e quanto mais legítimo, mais justificados estarão os desvios que permanecem no cumprimento das tarefas policiais. Desse modo produzem-se as condições para que os desvios e as irregularidades, previamente regulados e dimensionados, se tornem parte de um sistema que permanece imune às mudanças.

É possível afirmar que os propósitos e práticas de policiamento comunitário enquanto não forem aplicadas com o propósito de suplantar práticas autoritárias dentro da própria corporação não representarão a necessária mudança paradigmática. Com isso defende-se a ideia de qual transformação se apresenta no horizonte da instituição policial militar, porém, dependem substantivamente de mudanças de orientação política mais ampla, as quais até o presente momento contribuem para o movimento inverso.

Em resumo, as análises apresentadas nesse trabalho apontam para uma constatação a partir da qual é possível afirmar que as reformas da polícia se tornarão efetivas do ponto de vista da consolidação de direitos se a reforma for iniciada pela modificação do *status* do soldado diante da corporação – pois a simples eliminação dos castigos físicos não se mostra minimamente suficiente -, de modo que estes elevem seus ideais à condição de hegemonia. No entanto, a própria abertura que lhes permitirá a reforma tende a ser a responsável pela inviabilidade da construção da hegemonia, dada a semelhança e a identidade guardadas entre a dinâmica da reforma e a produção do consentimento no âmbito das estratégias liberais.